

Educação e cidadania

D ivulgado, e em discussão ace-
sa, um projeto para a educação pau-
lista. Ele visa a uma essencial e urgente ra-
cionalização da infraestrutura — de re-
cursos humanos e prédios — da educação
do Estado, sucateada por muitos anos de in-
cúria e maus tratos. A discussão que o proje-
to está causando é saudável. Saudabilíssima. Afinal, ele toca
fundo nas praxes edu-
cacionais atualmente
em curso. É preciso,
pois, que todos saibam o que vai
acontecer. E que façam com que
aconteça o melhor.

Pegando carona na discussão,
vale lembrar que a descentraliza-
ção que ele patrocina — desde a
forma e os agentes de sua imple-
mentação — coincide com a tra-
jetória — também descentralizante — de medidas e propostas



Compromisso maior do projeto paulista é com a racionalização de recursos

federais, como, por exemplo, a regionaliza-
ção da escolha do livro didático.

O compromisso maior do projeto pau-
lista é, no entanto com a rationalização de re-
cursos, absolutamente essencial para a
qualificação do salá-
rio do professor, qualificação para a qual
também aponta a pro-
posta do ministério de
um piso salarial para o magistério, idéia
que pede, além de me-
recidas alvíssaras, rá-
pida aprovação pelos
canais competentes.

Outra aposta do projeto paulista
é a parceria: obrigação do Esta-
do, a responsabilidade pela oferta e
qualificação da educação precisa
ser dividida por suas diferentes
instâncias, e assumida por aque-
las que melhores condições tive-
rem para isso. Oferecer a melhor
educação possível inclui estar ao

alcance do berro de seus usuários,
o que, decididamente, não é o caso
de nenhuma superquadra de Bra-
sília, para todos os brasileiros que
vivem fora do perímetro do Planalto
Central.

Os parceiros para a necessária
qualificação do ensino brasileiro
precisam ser vários e entre eles se
destaca a universidade.

Na linguagem rigorosa da pes-
quisa universitária, aliás, é que se
fazem as pesquisas que fundamen-
tam tanto a projetar a redistribui-
ção das verbas voltadas para a edu-
cação quanto uma melhor utiliza-
ção de pessoal e de prédios. Mas a
função da universidade ainda não
se encerra no levantamento de da-
dos e na produção de diagnósticos.

Mesmo otimizando-se a infrá-
estrutura e garantindo-se a aplicação
das verbas da educação em
educação, os índices de evasão e de
repetência continuarão assustadores, se não se otimizar o des-
empenho do professor. Isto é, se
ele não conhecer muito bem o que
ensina, não souber como ensinar e
não souber avaliar a aprendiza-

gem do que ensinou.

São, como se vê, muitos e varia-
dos os saberes urgentemente ne-
cessários para pôr de pé a educa-
ção brasileira.

E todos indispensáveis, e que
não virão por *acréscimo*, nem co-
mo subproduto automático de
uma reforma. Nem administrativa
nem econômica. Por mais essen-
ciais e oportunas que sejam, como
efetivamente o são as que atual-
mente tramitam.

Esses saberes só a universidade
os pode promover, numa efetiva
parceria com o ensino de primeiro
e segundo graus, ao qual cumpre
garantir que o beneficiário final da
educação — os municípios mirins
de todos os Estados da Federação —
aprendam, de verdade e no
tempo devido, a ler, escrever e fa-
zer contas, habilidades essenciais
da cidadania, à qual se agregam,
havendo competência, dinheiro e
interesse, outros berloques.

■ *Marisa Lajolo, professora titular de Teo-
ria Literária na Unicamp, é membro do
Conselho Estadual de Educação*